

Questão de valores

(Reynaldo Rocha)

A principal manchete de economia da edição de sábado do Diário da Manhã traz uma boa notícia: “Cai número de miseráveis na Capital.” E complementa, no olho da matéria: “Região metropolitana é a 3º no Brasil em menor quantidade de indivíduos abaixo da linha da pobreza, com 4,5%.” Os dados vieram do Atlas do Bolso dos Brasileiros da Fundação Getúlio Vargas, ferramenta que organiza a Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílios (Pnad) e compara com a série histórica. Na posição do Estado, o número é expressivo. Goiás é o 6º em menor número de miseráveis no País (10,25%), um avanço, se considerar que há dez anos o índice chegava a 27,75%.

Já na revista Época encontro a abordagem de um estudo inédito que revela como a distribuição de títulos de propriedade aos moradores melhora a vida dos pobres. É a tese de doutorado recém-concluída pelo economista Maurício Moura, que dá uma explicação objetiva e simples: “Com o título, o morador começou a sair mais para trabalhar e viu a renda subir.” E uma outra: “Quando regulariza a moradia, a pessoa passa a trabalhar mais, amplia sua renda e ainda liberta os filhos do trabalho infantil.” Moura apresentou essa tese à Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e à George Washington University, nos Estados Unidos, onde mora atualmente. Temos aí, portanto, duas constatações dignas de uma boa análise sociológica: bem ou mal, aos trancos e barrancos ou não, a população vai melhorando de vida. E a casa própria não apenas resgata a dignidade da família, como se apresenta como uma alavanca a dar propulsão à escalada social. O governo brasileiro, que falou em acabar com a fome do brasileiro, o que está muito longe de acontecer, fixou uma mira e, parece, acertou outra. Trata-se do programa Minha Casa, Minha Vida, que, com todos os embaraços burocráticos, começa a mudar a realidade social do País, ao fixar uma frente de luta contra o déficit habitacional brasileiro, hoje superior a 8 milhões de unidades.

Tudo isso é alvissareiro, pois traz de volta a esperança e renova o ânimo para as boas expectativas quanto ao futuro do País. Mas ensina também que, se dispomos hoje de dados positivos, muito mais há a fazer. Os indicadores sociais, que mudam aqui e ali, no seu todo ainda são deficitários. Se Goiânia e Goiás vão fazendo com que novas levas superem o limite da linha de pobreza, o cotidiano ainda não apagou a nódoa da mazela social, marcada sobretudo pela presença da mendicância e, no meio dela, de crianças (muitas vezes insufladas pelos pais) no cordão de carros nos sinaleiros a pedir uma ajuda para levar alguma coisa para casa. Se há tantos programas sociais, por que eles não atacam essa situação, com investimento, projetos e ações de efeito prático?

Não bastasse esse desafio, temos aquele outro que continua se impondo como um mal incurável na sociedade brasileira. É o desprezo à moral e à ética que faz com que se sustente por todo o sempre o fosso entre os brasileiros comuns (os cidadãos que pagam impostos e cumprem a lei com rigor) e a representação política, que faz do bem público a extensão da própria casa ou da própria empresa, pilhando o recurso público e fincando o desvio que não deixa esse socorro chegar para a saúde, a educação, a segurança, o bem-estar coletivo. A última da semana passada é de doer: por unanimidade, o Congresso aprovou 9% de aumento para o Judiciário, passando o teto salarial no País para R\$ 26.700, medida que desde já projeta a incidência viciosa do efeito cascata, com o reajuste sendo repassado para deputados e senadores, para o Ministério Público e para os servidores do Judiciário. Um benefício, se é que pode ser assim chamado, que não vai chegar ao cidadão comum. O que prova, mais uma vez, que o Brasil não é um país justo. Mais que injusto, é um país surreal. De resto, é uma situação que desilustra muito a boa notícia de que estamos reduzindo a faixa dos miseráveis. Ou que nos coloca ante a desagradável constatação de que nossa pobreza é outra.